

CLASSIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO "AURI NEGRA"

(Aprovada na reunião plenária de 12.DEZ.01)

1 - O Instituto da Comunicação Social solicitou à Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS), em 26 de Março de 2001, ao abrigo do disposto na alínea o) do artigo 4º da Lei nº 43/98, de 6 de Agosto (Lei da AACS), a classificação da publicação periódica "Auri Negra".

Em anexo a este ofício são remetidas cópias dos seguintes documentos:

1.1 - Declaração do Director da publicação de que esta remetida por assinatura para os distritos de Lisboa, Santarém, Leiria, Setúbal, Coimbra, Aveiro, Viseu, Porto, Braga, Viana do Castelo, Bragança, Castelo Branco, Guarda, Portalegre, Beja, Faro, Ilha de S. Miguel e Ilha Terceira e para os seguintes países: Alemanha, Bélgica, Brasil, Canadá, Inglaterra, Espanha, França, Luxemburgo, Suíça, África do Sul, Estados Unidos e Venezuela.

1.2 - Acompanham ainda o mesmo ofício um exemplar das edições nºs 242, 255, 257 e 258 datadas respectivamente, de 12 de Abril, de 27 de Outubro, de 27 de Novembro e de 12 de Dezembro de 2000.

O nº 242 insere, na 2ª página, o seguinte Estatuto Editorial de acordo com o estipulado na Lei de Imprensa, onde entre outros, "*Compromete-se a respeitar os princípios deontológicos da Imprensa e a ética profissional dos jornalistas, não abusando da boa fé dos leitores ou deturpando a informação.*"

2- Informa o periódico que se edita quinzenalmente e, de acordo com o nº 1 do artigo 11º Lei de Imprensa (Lei nº 2/99, de 13 de Janeiro), são periódicas "*as publicações editadas em série contínua sem limite definido de duração, sob o mesmo título, abrangendo períodos determinados de tempo*", pelo que é uma publicação periódica.

3 - Ainda a Lei de Imprensa considera publicações portuguesas "*as editadas em qualquer parte do território português (...), sob marca e responsabilidade de editor português*" (...), (artigo 12º). Face à declaração mencionada em 1.1., "Auri Negra" é uma publicação portuguesa.

4 - Relativamente ao seu conteúdo, o artigo 13º da mesma Lei, classifica as publicações como doutrinárias ou informativas.

Explicita o nº 1 do referido artigo que as publicações doutrinárias são "*aquelas que, pelo seu conteúdo ou perspectiva de abordagem, visem predominantemente divulgar qualquer ideologia ou credo religioso*".

Acrescenta o nº 2 deste artigo que são informativas "*as que visem predominantemente a difusão de informação ou notícias*".

Refere ainda o nº 3 do mesmo artigo que são de informação geral as publicações “*que tenham por objecto predominante a divulgação de notícias ou informações de carácter não especializado*” e o nº 4 que são de informação especializada “*as que se ocupem predominantemente de uma matéria, designadamente científica, literária, artística ou desportiva*”.

A partir dos exemplares disponibilizados pelo ICS a esta Alta Autoridade, pode verificar-se que, pelo tipo de assuntos tratados em artigos, reportagens e entrevistas, a publicação periódica “Auri Negra” apresenta características de informação geral.

5 – Quanto à expansão, o artigo 14º da Lei de Imprensa define como publicações de âmbito nacional “*as que, tratando predominantemente temas de interesse nacional ou internacional, se destinem a ser postas à venda na generalidade do território nacional*”, (nº 1), publicações de âmbito regional “*as que, pelo seu conteúdo e distribuição, se destinem predominantemente às comunidades regionais e locais*” (nº 2) e publicações destinadas às comunidades portuguesas no estrangeiro, “*as que, sendo portuguesas nos termos do artigo 12º, se ocupem predominantemente de assuntos a elas respeitantes*” (nº3).

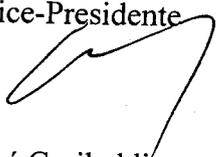
Dado o âmbito da sua difusão, considera-se que “Auri Negra” é uma publicação de âmbito regional.

6 - Assim, de acordo com o disposto na alínea o) do artigo 4º da Lei nº 43/98, de 6 de Agosto, e ao abrigo das citadas disposições conjugadas da Lei de Imprensa, a Alta Autoridade para a Comunicação Social delibera classificar “Auri Negra” como publicação periódica, portuguesa, de informação geral e âmbito regional.

Esta classificação foi aprovada por maioria com votos a favor de Fátima Resende (Relatora), Armando Torres Paulo (Presidente), Sebastião Lima Rego, José Garibaldi, Maria de Lurdes Monteiro, Jorge Pegado Liz, Carlos Veiga Pereira e José Manuel Mendes e abstenção de Artur Portela.

Alta Autoridade para a Comunicação Social em 12 de Dezembro de 2001.

O Vice-Presidente


José Garibaldi

FR-IV/AMP

5 852